

BULLYING NA ESCOLA

Maria Auxilene Venancio Fontenele¹
Secretaria de Educação do Ceará – SEDUC-CE
mariaauxilene@gmail.com
Lídia Andrade Lourinho²
Universidade Estadual do Ceará – UECE
Faculdade Luciano Feijão – FLF
lidiandrade67@gmail.com Orientadora

RESUMO

O cenário da sala de aula nem sempre é harmonioso e nos últimos anos o fenômeno conhecido como *bullying* tem preocupado os profissionais da educação devido seus efeitos que chegam a ser danosos para a comunidade escolar. O *bullying* é um tipo de comportamento em que os mais fortes convertem os mais frágeis em objetos de diversão e prazer através de brincadeiras que disfarçam o propósito de maltratar e intimidar. É comum nos depararmos com situações de *bullying* prejudicando a aprendizagem e qualidade de vida de todos que vivem no ambiente escolar. Esse trabalho se justifica pela necessidade de dialogar sobre o assunto e gerar reflexões que sensibilizem os estudantes para uma cultura de enfrentamento ao *bullying*. A metodologia adotada é pautada no relato de experiência a partir de intervenções realizadas na sala de vídeo com estudantes do Ensino Fundamental (8º e 9º anos) e turmas do Ensino Médio (1ºs, 2ºs e 3ºs anos), onde são extraídos recortes das discussões em momentos vivenciados com as turmas. As intervenções têm por objetivo dar continuidade a um trabalho que teve início no ano de 2023. Em virtude das demandas sobre os casos de *bullying* serem recorrentes nas escolas, percebeu-se a necessidade de fortalecer as ações em torno da temática para identificar os sinais e promover o enfrentamento e prevenção no ambiente escolar.

Palavras-chave: Escola, *Bullying*, Aprendizagem, Enfrentamento.

¹ Maria Auxilene Venancio Fontenele

Profª da SRM/SEDUC mariaauxilene@gmail.com Esp. Psicopedagogia, (UVA), Informática Educativa (UECE), Mídias na Educação (UFC). Mestrado em Saúde da Criança e do Adolescente - UECE

² Profª. Dra. Lídia Andrade Lourinho

Pedagoga, Fonoaudióloga. Psicopedagoga. Pós-doutora em Saúde Coletiva pela Universidade Estadual do Ceará (UECE).

INTRODUÇÃO

A prática de *bullying* é um fenômeno bastante antigo e gera bastante humilhação na pessoa que sofre. Os efeitos têm consequências danosas, podendo se estender para o resto da vida. O *bullying* se configura por ser um tipo de comportamento em que os mais fortes convertem os mais fracos em objeto de diversão e prazer através da brincadeira, disfarçando o propósito de maltratar e intimidar. Essa forma de violência – em que os "valentões" continuam oprimindo e ameaçando suas vítimas, por motivos banais – sempre existiu nas escolas e até hoje ocorre despercebida da maioria dos profissionais da educação (SILVA, 2010).

Basicamente, se caracteriza pela incapacidade da vítima em se defender pelo fato de não conseguir motivar outras pessoas a agirem em sua defesa. Praticado em vários ambientes, o *bullying* ou intimidação tem a escola como seu palco de atuação por excelência (SILVA, 2010).

O Ministério da Educação tem atuado para combater a prática, como através do Pacto Universitário pela Promoção do Respeito à Diversidade, da Cultura da Paz e dos Direitos Humanos. Em 2016, foi instituído pela Lei nº 13.277 Dia 7 de abril é o Dia Nacional de Combate ao *bullying* e à violência nas Escolas, com o objetivo de refletir sobre o problema crescente da violência no Brasil e, sobretudo entre os jovens (MEC, 2016).

Pensando nos efeitos do *bullying* como prática da violência e na produção de pessoas estressadas, inseguras e de se autoafirmar e outros ligados aos problemas de aprendizagem que se pensou no projeto de prevenção na escola Raimundo Gomes de Carvalho, a fim de sensibilizar os estudantes e comunidade escolar de modo geral para uma compreensão sobre o fenômeno e caminhos para uma política de prevenção e combate à intimidação sistemática-*bullying*, Lei 13.185 (BRASIL, 2015).

O *bullying* é praticado de várias formas, suas expressões podem ser identificadas através das principais características, tais como aborda (SILVA, 2010): Verbal, como insultar, ofender e xingar, fazer gozações, colocar apelidos, fazer piadas ofensivas; Físico e Material: bater, chutar, espancar, ferir; roubar ou furtar; Psicológico e Moral: irritar, humilhar, excluir; ignorar, desprezar ou fazer pouco caso; Sexual: abusar, violentar, assediar, insinuar; Virtual/*Cyberbullying*: compartilhar imagens comprometedoras fazer comentários maldosos em Redes Sociais, humilhar virtualmente.

A maioria dos casos de *bullying* acontecem na escola ou na internet. Geralmente, os autores do *cyberbullying* são os adolescentes e por conta disso ficam impunes. As ações de ataques cibernéticos geralmente se dão de forma anônima, surgindo novos desafios para as escolas. Essas ações provocam impacto presencial nas escolas, e as consequências podem ser

devastadoras para as vítimas, comprometendo seriamente seu desenvolvimento emocional por vários anos ou por toda sua vida.

Sobre o assunto, a autora Ana Beatriz Barbosa Silva, expõe que “o termo *bullying* pode ser adotado para explicar todo tipo de comportamento agressivo, cruel, proposital e sistemático inerente às relações interpessoais” (SILVA, 2010).

Foi sancionada a lei que estabelece medidas para reforçar a proteção de crianças e adolescentes contra a violência, principalmente nos ambientes educacionais, havendo uma alteração na Lei 14.811 onde no ano de 2024 acrescentou o artigo 146-A que torna a prática crime.

O tema é de uma relevância indiscutível nas escolas, e para tanto, ações de combate devem fazer parte do Projeto pedagógico da escola e se tornar efetivo durante todo o ano letivo. O papel da gestão e dos professores é esclarecer para os estudantes que o *bullying* não é diversão e nem brincadeira, o propósito é maltratar e intimidar o sujeito. Além disso, tem a escola como seu palco de atuação como excelência (PEDRO-SILVA, 2013).

Por isso, o trabalho de combate ao *bullying* deve partir do estudante e de suas demandas. Assim sendo, conforme o artigo 4º da lei 13185/2015, as escolas devem promover a conscientização, prevenção e combate ao *bullying* por meio da implementação de ações educativas, planos de prevenção e políticas de combate a essa prática. É importante criar estratégias que amenizem as consequências que o fenômeno pode causar na vida de nossos estudantes e numa forma de auxiliá-los na construção de combate a esse quadro de humilhação, pois para além das atividades pedagógicas, as escolas têm um papel fundamental na proteção de crianças e adolescentes (BRASIL, 1990).

Nessa perspectiva, a pesquisadora lotada na Sala de Recursos – SRM em uma escola pública estadual do Ceará realizou algumas intervenções de combate ao bullying com os estudantes do Ensino Fundamental e Médio com e sem deficiência, pois é comum ouvir queixas dos estudantes de que estão sofrendo prática de *bullying* em virtude de sua condição.

A metodologia adotada é pautada no relato de experiência a partir de intervenções realizadas na sala de vídeo com estudantes do Ensino Fundamental e Médio, onde são extraídos recortes das discussões de momentos vivenciados com as turmas. As intervenções têm por objetivo dar continuidade a um trabalho que teve início no ano de 2023. Em virtude das demandas sobre os casos de *bullying* serem recorrentes nas escolas, percebeu-se a necessidade de fortalecer as ações em torno da temática para identificar os sinais e promover o enfrentamento e prevenção no ambiente escolar.

A questão que esta pesquisa pretende responder é: Como a Sala de Recursos-SRM pode contribuir no combate a prática de *bullying* entre os estudantes?

O *bullying* escolar acontece predominantemente em vítimas adolescentes do gênero feminino (26,5%), enquanto gênero masculino (19,5%), de acordo com dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) são adolescentes na faixa etária entre 13 e 17 anos (IBGE, 2021).

Durante esse ano letivo, os estudantes relataram que uma colega da escola em que estudavam, sofria *bullying* e cometeu o suicídio. Alguns destes aprendizes que conviveram com a aprendente na outra escola foram muito afetados. Através das intervenções na Sala de Recursos - SRM foi possível observar que manifestavam comportamento de ansiedade e de automutilação.

Estudos revelam que as consequências do *bullying*, a longo prazo, envolvem sintomatologia psicológica e fisiológica, tais como enurese noturna, alterações do sono, cefaleias, dores epigástricas, isolamento, irritabilidade, depressão, pânico e, inclusive, atos deliberados de autoagressão (Heilbron & Prinstein, 2010; Lopes Neto, 2005).

De acordo com Ana Beatriz Silva, todas as vítimas, sem exceção, sofrem com os ataques de *bullying* (em maior ou menor proporção). Muitas levarão marcas profundas provenientes das agressões para a vida adulta, e necessitarão de apoio psiquiátrico e/ou psicológico para a superação do problema (SILVA, 2010).

Sendo assim, é importante que o professor desenvolva com os estudantes a prática da autorregulação das emoções, pois tem um papel proeminente na construção de uma convivência saudável. A autorregulação é a capacidade do sujeito desenvolver o controle sua conduta e a oriente de acordo com seus critérios morais e propósitos, metas e interesses idealizados por si mesmo.

A Autorregulação refere-se ao processo pelo qual os alunos ativamente exercem controle sobre seus próprios pensamentos, sentimentos e ações durante a aprendizagem (Zimmerman, 2000). Um elemento importante na construção do aprender a ser. Logo, um estudante é autorregulado quando possui domínio de seus processos e compreende como aprender, sendo que tal conhecimento já foi construído ou internalizado anteriormente em sua mente (Frison; Boruchovitch, 2020).

Partindo desse princípio, o trabalho ganha significado a partir da necessidade da SRM realizar um trabalho de parceria com o professor da sala comum visando identificar e compreender as causas da existência dos conflitos, problematizar essas situações entre os alunos quando ocorrerem violências físicas e psicológicas através da abordagem de intervenções com

base na autorregulação da aprendizagem ancorada nos aspectos afetivos, motivacionais, comportamentais e contextuais de forma expressiva para melhorar o desempenho dos estudantes (Frison; Boruchovitch, 2020).

Corroborar com a ideia Guimarães (2010), quando diz que a atitude da docência não deve ser a indiferença ou a negação dos conflitos/particularidades dos alunos, mas sim o acolhimento dessas questões, desenvolvendo uma atitude que busca corrigir ou instruir sem intimidar.

É preciso destacar que é importante estimular atitudes positivas com base na cooperação e espírito de equipe. O docente deve também sensibilizar os aprendizes para o reconhecimento da prática do *bullying* como uma ação negativa que fere as pessoas e causa prejuízos tanto para a vítima como para o agressor, trazendo consequências para a aprendizagem e saúde mental.

As ações, acima de tudo, devem orientar os estudantes para que identifiquem os sinais de *bullying* e possam denunciar casos de violência dentro da escola e que sejam acionadas as medidas legais de combate. Para tanto, o vínculo que o professor estabelece com o aprendente não deve ser de imposição, mas de cooperação, respeito e crescimento. Logo, o afeto e a cognição têm que estar juntos no combate a indisciplina e a prática de *bullying* (PEDRO-SILVA, 2013).

Vale destacar que, diante de casos de *bullying* na escola, tanto a vítima como o agressor precisam de acolhimento. A intenção da SRM junto com a Gestão e equipe de professores deve apoiá-los e tentar resolver o problema, conforme se propõe a legislação art. 227 e Estatuto da criança e do adolescente, Lei Federal nº 8.069, que garante às crianças e adolescentes, como sujeitos de direitos, em condição peculiar de desenvolvimento, que demandam proteção integral e prioritária por parte da família, sociedade e do Estado.

Sendo assim, é necessário que a escola fique atenta para garantir a proteção e promover a conscientização, prevenção e combate ao *bullying* por meio da implementação de ações educativas, planos de prevenção e políticas de combate a essa prática (BRASIL, 2015).

Nessa perspectiva, a escola não atua sozinha, necessita do atendimento intersetorial por parte da Atenção Primária à Saúde e Ação Social (APS), como estratégia de enfrentamento. Pretende-se, também, fortalecer a integração NAPE/SRM/Gestão e comunidade escolar para juntos combatermos o *bullying* de forma sistemática e estimular novos olhares para as questões que afetam a vida e saúde mental de nossas crianças e jovens causando vários sintomas psicossomáticos (LIMA, 2011; CHIARI et al., 2018).

Resultado e discussões

A iniciativa de abordar o assunto *bullying* na escola se deu devido as queixas dos aprendizes nos atendimentos na Sala de Recursos multifuncional - SRM sobre posturas de *bullying* na escola anterior de alguns estudantes e pelos sintomas manifestados. Observou-se a necessidade de abrir espaços para escuta, diálogo e acolhimento aos aprendizes mais afetados, bem como articular ações com toda a comunidade escolar, gerando discussões e promovendo um ambiente saudável e respeitoso.

A cada intervenção com uma turma, foi possível observar o nível de comunicação entre os estudantes, comportamentos e sinais de conflitos, principalmente nas turmas dos primeiros anos do ensino médio, onde os estudantes são mais indisciplinados. Houve alguns momentos que foi preciso desviar o foco da intervenção para pedir silêncio e que não usassem celulares.

Durante a apresentação foi possível observar que, em algumas turmas, os alunos se organizaram para jogar no celular. A queixa de uso de celulares na hora da aula também acontece entre os professores, que perdem tempo no momento da explicação chamando atenção dos estudantes.

Sob essa ótica, se constata que o uso de celulares entre os jovens tem afetado em muito o trabalho do professor em sala de aula, dado a dependência dos dispositivos eletrônicos e o mundo virtual, que são cada vez mais presentes no cotidiano dos nativos digitais, jovens que praticamente já nasceram mergulhados nesse universo e sequer conhecem um mundo sem internet. O acesso exagerado tanto abre novas possibilidades, como também os afasta da realidade, o que impõe o surgimento de desafios, principalmente para a escola que fica imbuída de combater a violência gerada pelo *bullying* digital.

O trabalho foi desafiante devido a indisciplina entre os estudantes no momento das intervenções. Além da mudança de rotina por terem que sair da sala de aula e ir para outro espaço, as condições da sala utilizada para a atividade tinham acesso, ventilação e iluminação precários, o que pode ter contribuído para o comportamento agitado dos estudantes.

Nem todas as turmas contaram com a participação dos professores de sala de aula, mas quando participavam, colaboravam nas discussões sobre o *bullying e cyberbullyings*, destacando que tanto um como o outro não são brincadeira e que existe punição dentro da Lei para os agressores. Houve uma professora que contribuiu bastante fortalecendo as discussões

sobre a temática. Nas turmas onde o tema estava sendo explorado, os estudantes manifestaram conhecimento sobre o fenômeno, dentre outros ligados as questões de violência.

Associado a isso, não podemos esquecer que o comportamento violento que alguns alunos apresentam nas escolas resulta de situações sociais ou culturais desfavorecidas onde o sistema de valores são permeados por elementos que geram a competitividade, o preconceito e a exclusão.

Diante dessa realidade, as escolas devem se preparar para receber crianças com diferentes realidades emocionais, decorrentes de um ambiente familiar que não foi facilitador para seu amadurecimento e enfrentamento em relação às questões impostas pelo ambiente escolar que, muitas vezes, chega a ser hostil e desafiante para alguns estudantes.

Sobre isso, foi possível perceber através da fala de alguns estudantes quando manifestaram situações de bullying que sofreram na escola. Houve um jovem que relatou ter sofrido *bullying* várias vezes por conta de sua sexualidade e que isso gerou sequelas emocionais e muito sofrimento para ele. Abordou que por conta de tantas ofensas e humilhação, com o tempo também passou a praticar o *bullying*, mas teve a ajuda de uma pessoa da família que o acolheu e o ajudou a enfrentar a violência que estava sofrendo. Encerrou a fala dizendo que hoje compreende o que passou e se sente mais seguro para viver sua identidade.

A fala do adolescente confirma dados da pesquisa que aponta que 73% dos adolescentes brasileiros gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros sofrem *bullying* e 37% já apanharam na escola. Os números foram apresentados em audiência pública promovida pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). Alguns grupos, como negros, pessoas de menor status socioeconômico e homossexuais, são mais afetados pela violência em geral e pela violência escolar, que pode ser pautada por preconceitos e discriminações de cunho social e racial (Stelko-Pereira; Williams, 2010).

A escola, enquanto ambiente de formação e constituição do desenvolvimento do sujeito, deve incluir em sua grande curricular o debate sobre diversidade, gênero e outras pautas consideradas “minorias” como forma de combater a violência contra pessoas LGBTQIA+, grupos que por não se sentirem aceitos abandonam a escola aumentando assim os índices de evasão escolar (Neves et al., 2019; Costa et al., 2020).

Outro caso muito relatado entre os estudantes durante as intervenções, foi o episódio de uma estudante de uma escola da prefeitura em que estudavam que cometeu o suicídio por ter sofrido bullying. Alguns aprendizes que estudavam nessa escola abordaram sobre o caso com muita tristeza por terem perdido uma colega, lamentando o fato de a escola não ter realizado nenhum trabalho preventivo. Houve uma aprendente que sugeriu que o tema fosse mais discutido na escola, dizendo que o trabalho de prevenção ao bullying deve ser permanente no espaço escolar.

Algumas estudantes mais próximas da adolescente que cometeu o suicídio chegaram na escola muito abalados emocionalmente, apresentando sintomas de ansiedade, mudanças de humor e sinais de automutilação em alguns estudantes que estudavam na referida escola.

Para compreender a situação, a pesquisadora realizou uma visita na escola onde aconteceu o episódio. A diretora relatou que na escola é realizado um trabalho sistemático sobre o *bullying* e que a estudante que cometeu suicídio era muito introspectiva e tinha poucas amizades. Relatou ainda, que o pai da adolescente manifestava quadro de depressão e já havia tentado suicídio algumas vezes.

A diretora apontou também, que não teve como ajudá-la, porque não manifestou nenhum sinal que despertasse sinais de que estava sendo vítima de *bullying*. Perto de acontecer o suicídio, a estudante se dirigiu até a direção e pediu para que a mudasse de turno. A diretora falou que atendeu o pedido da aprendente, mas que não expressou os reais motivos da mudança de turno. Só após acontecer o episódio a direção e a coordenação ficaram sabendo que se tratava de uma medida de proteção criada pela própria aprendente para evitar os ataques de *bullying* por parte dos colegas.

Deste modo, cabe à escola articular a formulação do projeto político-pedagógico com a inclusão de planos de ações e enfrentamento sobre o *bullying* de maneira cooperativa e com o apoio da Equipe Multidisciplinar do Núcleo de Atendimento Pedagógico Especializado - NAPE e da Sala de Recursos-SRM, que são serviços de apoio voltado para o público-alvo da educação especial. Serviços esses que durante a execução do projeto, foram cruciais para escutar e acolher as demandas apresentadas pelos estudantes provenientes da escola onde estudavam.

Os estudantes atendidos no NAPE/SRM, com a queixa de sofrimento psíquico, foram feitas uma avaliação e entrevista com a mãe para obter dados da rotina familiar. Em seguida o acolhimento e atendimento no contraturno. Os casos mais críticos foram encaminhados para os serviços de atenção primária mais próximo do território, no caso o Centro de Atenção Psicossocial - CAPs a fim de receber o tratamento adequado.

Considerações finais

As intervenções com os estudantes na sala de vídeo e os relatos durante as apresentações evidenciam que a temática deve ser uma prioridade a ser pensada a partir do Projeto Político Pedagógico da escola, pois a cada dia a prática de *bullying* vem se tornando mais comum nos espaços educacionais, provocando atos de violência que afetam tanto os agressores como as vítimas e ambos precisam da mesma atenção e cuidados por parte da família, da escola e da sociedade de modo geral.

Discutir as questões ligadas ao assunto abre espaços para reflexões entre os aprendizes e ajuda estes a identificarem os possíveis casos dentro da escola, estimulando a denúncia e o combate de surgimento de novos casos.

É imperativo um trabalho cooperativo dentro da escola que tenha como foco a diminuição da indisciplina em sala de aula e atitudes de violência. O *bullying* não é um fenômeno recente, porém não devemos naturalizar esse tipo de ocorrência nas escolas. É preciso criar uma rede de proteção com o objetivo de problematizar o impacto do *bullying* em crianças e adolescente, garantido a permanência na escola, conforme garante o Estatuto da Criança e do adolescente.

Embora sabendo que se trata de um episódio comum entre as crianças e jovens, principalmente nas escolas, não podemos invisibilizar os prejuízos que têm causado na vida das pessoas. É preciso intervir através de um trabalho sistemático que envolva ações efetivas para o enfrentamento e prevenção através de parcerias entre as famílias, as escolas, o Estado, as leis e a sociedade civil.

A cada dia as questões de violência está fazendo parte da vida dos estudantes e as causas nem sempre são refletidas ou analisadas no ambiente escolar. Para compreender as questões de *bullying* é preciso compreender o contexto em que está inserido os aprendizes. Cada sujeito é singular e tem uma história, histórias essa onde o básico para se ter uma vida digna são negados. A escola não vai conseguir resolver todos os problemas relacionados ao *bullying*, mas é preciso compreender que a instituição, muitas vezes, é a única rede de apoio dos estudantes da escola pública, provenientes de áreas vulneráveis.

Nesse sentido, as considerações sobre os dados obtidos não têm como intuito findar as discussões acerca do combate e prevenção ao *bullying* escolar, mas estimular novos olhares sobre a temática a serem pensadas colaborativamente e com a gestão da intersetorialidade - articulação entre educação e saúde, na atuação da Escola e Atenção Primária a Saúde (APS) como estratégia de enfrentamento às vulnerabilidades e violência.

É preciso também evidenciar a importância da Equipe Multidisciplinar do NAPE/SRM e comunidade escolar que em regime de cooperação podem criar estratégias de enfrentamento.

Também é importante frisar a figura do professor de sala de aula, devendo estar atentos aos sinais e sintomas apresentados pelos estudantes, para assim, encaminhá-los a equipe do NAPE/SRM e tratar a questão com as ferramentas necessárias, melhorando a rotina e a convivência destes na escola que deve ser um ambiente agradável e acolhedor.

Por fim, é preciso cobrar do poder público a efetivação de ações articuladas entre educação e saúde para o diálogo, escuta, acolhimento e respeito às diferenças. Enfrentar o problema do bullying é papel de toda a sociedade. A escola em seu papel de educar, deve identificar as políticas públicas e criar estratégias de intervenção, pois afinal, estamos tratando de um fenômeno sério que rompe os muros da escola. Em se tratando de um problema de saúde pública, necessita de olhares que conheça suas múltiplas facetas em que coloca em risco a saúde mental, principalmente de jovens e crianças.

Bibliografia

BRASIL. Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 16 jul. 1990.

CHIARI, A. P. G. et al. Rede intersetorial do Programa Saúde na Escola: sujeitos, percepções e práticas. *Cadernos Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 34, n. 5, e00104217, 2018.).

FRISON, Lourdes Maria Bragagnolo; BORUCHOVITCH, Evely. *Autorregulação da aprendizagem: Cenários, desafios, perspectivas para o contexto educativo*. Petrópolis, Vozes, 2020.

GUIMARÃES, Á. M. (2010). Novos regimes de ver, ouvir e sentir afetam a vida escolar. *Educação*, 35(3), 413–430

HEILBRON, N.; Prinstein, M. J. (2010). Adolescent peer victimization, peer status, suicidal ideation, and nonsuicidal self-injury: Examining concurrent and longitudinal associations. *Merril-Palmer Quartely*, 56, 388-419. Doi: 10.1353/mpq.0.0049.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Pesquisa nacional de saúde do escolar: 2019*. Rio de Janeiro, 2021

PUIG, J. M. *A construção da personalidade moral*. São Paulo: Ática, 1998.

LEI 13.185/15, Institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying).
Disponível em: Acesso em 15 de outubro de 2024.

NEVES, S. et al. Bullying homofóbico: crenças e práticas de estudantes do Ensino Superior em Portugal. *Revista Psicologia*, Lisboa, v. 33, n. 2, p. 47-59, 2019.

SILVA, Ana Beatriz Barbosa. *Cartilha: Bullying - justiça nas escolas*. 1ª ed. Conselho Nacional de Justiça. Brasília, 2010.

_____, A. B. B. **Bullying**: mentes perigosas nas escolas. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.

STELKO-PEREIRA, Ana Carina; WILLIAMS, Lúcia Cavalcanti de A. Reflexões sobre o conceito de violência escolar e a busca por uma definição abrangente. *Temas em Psicologia*, Ribeirão Preto, v. 18, n. 1, p. 45-55, 2010.

ZIMMERMAN, Barry. Self-regulated learning and academic achievement: An overview. *Educational Psychologist*, v. 25, n. 1, p. 3-17, 2000.